



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 53/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 3613/2011 – 11 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Parintins.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo n.º 28/2014-DICAMI (fls. 2145/2182).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 2473/2014 – MPC – EMFA (fls. 2183/2185), da Exma. Sra. Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Parintins. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** à Câmara Municipal de Parintins recomendando a **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS**, das Contas da Prefeitura Municipal de Parintins, exercício de 2010, cuja responsabilidade cabe ao **Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia**, com fundamento no art. 31, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 127, da Constituição do Estado do Amazonas.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 53/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que acompanhou o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas pela irregularidade das contas.*

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 12 de novembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente) Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral, em substituição



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 53/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2014)

- 1- **Processo TCE nº 3613/2011 – 11 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Parintins.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo n.º 28/2014-DICAMI (fls. 2145/2182).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 2473/2014 – MPC – EMFA (fls. 2183/2185), da Exma. Sra. Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Parintins. Exercício de 2010.

*Contas regulares com ressalvas. Multa. Prazo. Instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação. Determinação ao responsável. Comunicação à Receita Federal do Brasil.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em divergência** com o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 - JULGAR, REGULAR COM RESSALVAS**, as Contas do Sr. **Frank Luiz da Cunha Garcia**, responsável pela Prefeitura Municipal de Parintins (exercício de 2010);

**9.2 - APLICAR** multa, com fulcro nas disposições do art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, de **R\$ 13.152,56 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)** em razão da remessa intempestiva de dados em todas as competências (janeiro a dezembro) do exercício de 2010 por meio do sistema ACP;

**9.3 - FIXAR** prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. **Frank Luiz da Cunha Garcia** para que recolha, em benefício dos cofres estaduais, os valores inerentes à multa aplicada com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das sanções pecuniárias deverá ser atualizado monetariamente (art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 53/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2014)

**9.4 - AUTORIZAR, desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação,** conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02-TCE/AM;

**9.5 - DETERMINAR** ao interessado que observe, com maior rigor, os preceitos contidos na Constituição da República (art. 70), na Constituição Estadual (art. 40, VIII), na Lei n.º 8.142/90, na Lei n.º 8.666/93, na Lei n.º 2.423/96, na Lei n.º 101/00 e na Resolução n.º 07/02 – TCE/AM (atualmente substituída pela Resolução n.º 10/12 – TCE/AM);

**9.6 - COMUNICAR** à Receita Federal do Brasil o teor do item 27 do Relatório Conclusivo (fls. 2180) para que tome as providências que entender cabíveis ao caso.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que acompanhou o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas pela irregularidade das contas. Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, pela aplicação de multa pelo atraso no ACP, em valor tomando como base a Res. nº. 1/2009. Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.*

**10- Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 12 de novembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente) Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral, em substituição